

LABORATÓRIOS DA HISTÓRIA **A CENTRALIDADE DO ARQUIVO NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE CECÍLIA WESTPHALEN**

Laboratories of history

The archive centrality in Cecília Westphalen's professional trajectory

Laboratorios de historia

La centralidad del archivo en el camino profesional de Cecília Westphalen

DAIANE VAIZ MACHADO | Doutora em História Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado em curso na Unesp | daiane_vm@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo problematiza a profissionalização da pesquisa histórica na universidade brasileira, dinamizada entre 1960 e 1970, no que tange à relação entre o fazer historiográfico e o acesso às fontes documentais. Para tanto, nosso fio norteador é a performance da historiadora Cecília Westphalen no campo da criação de projetos e metodologias para levantamento e arrolamento de arquivos.

Palavras-chave: historiografia brasileira; pesquisa histórica; arquivos; Cecília Westphalen.

ABSTRACT

The article problematizes the professionalization of historical research in the Brazilian university, strengthened between the 1960s and 1970s, regarding the relationship between historiographical making and the access to documentary sources. Therefore, our fountainhead is the historian Cecília Westphalen performance in creating projects field and methodologies for surveying and files enrollment.

Keywords: Brazilian historiography; historical research; archives; Cecília Westphalen.

RESUMEN

El artículo problematiza la profesionalización de la investigación histórica en la universidad brasileña, dinamizada entre 1960 y 1970, en lo que se refiere a la relación entre el hacer historiográfico y el acceso a las fuentes documentales. Para ello, nuestro hilo orientador es el desempeño de la historiadora Cecília Westphalen en el campo de la creación de proyectos y metodologías para levantamiento y arrollamiento de archivos.

Palabras clave: historiografía brasileña; investigación histórica; archivos; Cecília Westphalen.

Entrevistas e cartas abertas são narrativas de si, em que o sujeito significa publicamente o seu passado para outrem, para a posteridade. A historiadora Cecília Westphalen (1927-2004), paranaense nascida na Lapa, serviu-se enormemente desse tipo de reflexão retrospectiva, utilizando-se dele tanto para “testemunhar” a história de uma geração como para sugerir os traços que comporiam o seu retrato futuro. Na carta-testemunho, dirigida a Mba de Ferrante, então diretor do Arquivo Público do Paraná, Cecília Westphalen (1985) dava-se a ver em diferentes performances:¹ pesquisadora que aprendeu a prática da história econômica e social quantitativa com historiadores do círculo de Fernand Braudel; fomentou a investigação histórica em âmbito acadêmico; estimulou a sociabilidade do conhecimento em órgãos associativos; atuou na estruturação da pós-graduação e militou por políticas de regulamentação do acesso e da conservação dos acervos documentais. Naquelas linhas, contudo, o ponto nodal, e que marca a sua trajetória profissional, é a relação entre o fazer historiográfico e a ida dos historiadores aos arquivos. Relação que precisou ser forjada, já que a sua geração não teria sido instigada a habitar esses espaços.

Westphalen foi aluna do curso de história e geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 1947 e 1950. Instituído em 1938, o terceiro curso de história do país tinha como prioridade formar professores para atuar no ensino básico. Com baixa cifra de licenciados no mercado, ausência de políticas que salvaguardassem o seu lugar de atuação profissional e grande número de analfabetos, eram poucas as forças direcionadas à pesquisa.

“A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação. A maioria dos ensaios que escrevíamos eram historiográficos”, confidenciou em entrevista a historiadora Emília Viotti da Costa (2002, p. 70), que concluiu o curso de história e geografia da USP no início dos anos 1950. Outra narrativa de si, outra instituição e com trajetória distinta de implantação do curso (Roiz, 2012), mas as duas com direcionamentos semelhantes. Nessa esteira, Westphalen, que nunca havia sido “levada a um arquivo histórico durante o curso” (1985, p. 34), preparou para o concurso de cátedra em história moderna e contemporânea um estudo biográfico sobre o reinado de Carlos V (1500-1558) embasado em uma extensa bibliografia especializada (Westphalen, 1955).

Num período em que a prática da pesquisa histórica não era regra na historiografia universitária, a formação sem arquivo desencadeou um ensino bibliográfico, livresco, por assim dizer. As críticas ao currículo, impulsionadas nos anos 1960, e a entrada em cena da “problemática dos arquivos” na década seguinte teriam reorientado a situação do ensino superior? Não de todo, segundo Déa Fenelon (Unicamp) e Leda Rodrigues (PUC/SP), decênios após o período formativo de Westphalen e Viotti: “a maioria de nossos graduados em história jamais entrou em um arquivo, jamais teve contato com um documento e não foi treinada na disciplina de

1 Evoco o termo *performance* no sentido amplo de desempenho e conjugo-o ao seu emprego teatral, significando incorporação de um papel “com um certo grau de improvisação e de uso do acaso” (Lopes, 2003, p. 5). Voltando-me aos estudos sobre biografia (Dosse, 2009), relaciono *performance* com a compreensão de que o indivíduo é múltiplo e desempenha papéis que requerem “maneiras de ser” apropriadas. Vestindo roupagens para exercer determinadas funções, ele se conforma “com” ou se insurge “contra” as regras do espaço e do tempo.

pesquisa, para não falar das noções distorcidas de método e técnica” (1978, p. 59). As historiadoras denunciavam a falta de preparo dos professores das disciplinas relacionadas à pesquisa (introdução aos estudos históricos; metodologia e teoria da história), que se traduzia na dificuldade em articular teoria e prática de pesquisa e no entendimento de que metodologia seria sinônimo de técnica. Enunciada novamente como constatação, a fala de Fenelon e Rodrigues, que remete a uma formação sem reflexão sobre a prática de pesquisa com acervos documentais, é bastante significativa tanto pelo período em que foi dita, 1977, como pelo lugar, o Seminário Arquivos e História, promovido pela Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.

Em um salto no tempo cronológico, irei do final de 1970 para os anos 2000, um movimento necessário para inserir o meu testemunho e somar com as historiadoras o refrão: “nunca fomos levadas a um arquivo durante o curso”. Disciplina própria para pesquisa no currículo existiu, assim como o incentivo a trabalhar com diferentes fontes, metodologias e teorias. Nesse caso, não ir ao arquivo estava relacionado à universidade do interior paranaense despossuir qualquer convênio com arquivos locais e, talvez, em função dessa falta, não compreender como “útil” levar a um curso de licenciatura reflexões acerca do trabalho de pesquisa em arquivos, suas diferentes classificações, regras arquivísticas, expedientes de triagem, formas de conduta e ética do pesquisador.

Na pesquisa conduzida durante o mestrado, ao ponderar sobre a relação entre a produção intelectual e a constituição de redes de sociabilidade, trabalhei com obras publicadas disponíveis em bibliotecas. Foi apenas durante o doutorado que entrei em um arquivo histórico e com uma luva descartável coloquei a mão nas fontes – isso pouco sabendo como me portar diante de um fundo a ser inventariado e tendo que traçar estratégias improvisadas para anotar o que era encontrado e classificar as diversas fotos tiradas de documentos que estavam alocados em caixas não numeradas.

No Arquivo Público do Paraná, meu lócus de trabalho, existe uma sala chamada Cecília Westphalen. Ela teve sua imagem cristalizada na história dessa instituição porque desenvolveu projetos de intercâmbio entre arquivos e universidades e foi uma das fundadoras da Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná, por meio da qual lutou por verbas para a edificação das atuais instalações do arquivo.² Hoje a sala abriga, preferencialmente, missões de estudantes em projetos de pesquisa com o acervo do arquivo. *In loco*, deparei-me com alunos do curso de história da UFPR que vão ao arquivo. Essa prática seria fruto de certa tradição de “ida ao arquivo” construída com o impulso inicial daquela que dá nome à sala que os recebe? A partir dessa indagação, refletirei sobre a centralidade do arquivo no fazer historiográfico de Westphalen. Analisarei como a historiadora fundamentava a consideração dos arquivos enquanto “laboratórios da história” e o papel da universidade na viabilização das condições para que pesquisadores pudessem habitar esses eldorados do passado. O limite

2 A sede própria foi inaugurada em 1978 e se exibia como exemplo para o país, pois foi a primeira projetada para conservação de acervos documentais (Bottino, 2014, p. 71). Contudo, com uma década de existência, foi tomada pelas chamas e somente reconstruída em 2001.

analítico será a década de 1970 pela articulação que estabelecerei entre seus empreendimentos e a especialização da pesquisa histórica a partir da universidade.

O DESPERTAR PARA UMA CONSCIÊNCIA ASSOCIATIVA

Na carta-testemunho dirigida a Mba de Ferrante, Cecília Westphalen contou-nos que sua primeira entrada em um arquivo ocorreu durante sua experiência de estudos em Paris, em 1959. Fernand Braudel, especialista no século XVI europeu, no período porta-voz da revista *Annales*, acolheu a historiadora para uma breve estadia de estudos na VI^a Section de l'École Pratique des Hautes Études (Ephe) e, na ocasião, designou Jean Glénisson para tutelá-la em uma visita aos Arquivos Nacionais. Nesse lugar, a pesquisadora de Carlos V teria acesso aos vestígios daquele passado e poderia dar prosseguimento a sua tese. Todavia, tanto a crítica internacional à sua obra, que reclamou a falta de arquivo (Richard, 1958; Robert, 1958), quanto a visualização das pesquisas desenvolvidas na Ephe parecem ter desencorajado a historiadora do intento e, em outra mirada, desafiado-a a arquitetar uma pesquisa pautada na crítica às fontes de arquivo. Para essa historiografia, Westphalen tardou a chegar ao arquivo.

Direcionando-se ao seu espaço de inserção regional e almejando se filiar ao modo de fazer história que conheceu em Paris, Westphalen decidiu aderir às “técnicas da história quantitativa” em um estudo de longa observação temporal do comércio internacional do Paraná através do porto de Paranaguá. Caminho extenso e moroso não apenas pela necessidade de aprendizado de uma nova linguagem teórica e metodológica, mas, também, pelo incipiente incentivo à pesquisa histórica acadêmica, pela restrita sociabilidade dessa produção (falta de associações especializadas, de eventos de divulgação, pouca demanda de bancas de concursos) e pelo estado desolador dos arquivos regionais. Na suavização dessas carências, papel crucial seria interpretado pela Associação de Professores Universitários de História (Apuh, hoje Anpuh).

A associação nasceu de uma reunião, simbolicamente nomeada como I Simpósio da Anpuh, convocada para debater o currículo da graduação. Os debates do simpósio de Marília, realizado em 1961, ultrapassaram o tema dos conteúdos das disciplinas para tocarem no espectro geral da formação, ainda que não tenham conseguido tratá-los com aprofundamento em razão das disparidades oriundas dos divergentes entendimentos da finalidade da história e de seu ensino (Falcon, 2011).

Westphalen, que integrou a equipe de história moderna e contemporânea, fez interferências que encontraram acentuado número de interlocutores. Elas partiam de sua visão sobre o comprometimento do ensino da história com o (desenvolvimento do) seu presente. A história não era uma atividade desinteressada e qualquer escolha referente ao conteúdo das matérias deveria pautar-se na concepção da atuação do historiador no presente, um agente ativo no progresso científico do país. A atividade desinteressada aparecia como mácula que respaldaria a “indiferença manifestada pelos órgãos administrativos” (Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961, 1962, p. 97). Essa indiferença poderia ser combatível com a afirmação do valor desse saber para a vida prática. Logo, a renovação/ inovação

do ensino seria um passo decisivo na ação de legitimação social do ofício do historiador. Esse tema, espinhoso e complexo, retornaria aos simpósios vindouros e ainda nos assalta.

As demandas que Westphalen levou ao evento estavam relacionadas à sua plataforma de ensino e pesquisa desenvolvida na UFPR e exteriorizadas, como analisarei, no planejamento dos projetos de pesquisa e na condução da disciplina de introdução à história. Para ela, a atribuição do docente era ensinar o aluno a pensar historicamente, a ver o passado de modo científico, do que sobrevém a “importância do treinamento” com fontes primárias e o entrosamento com as demais ciências sociais.

A historiadora, assim como se posicionou em defesa do direito exclusivo do licenciado de ensinar história e da separação dos cursos de história e geografia, enfatizou veementemente a formação do pesquisador, figura secundária no simpósio. Segundo Westphalen (1962, p. 156), a faculdade de filosofia devia “também, cuidar da formação dos pesquisadores, com o mesmo carinho que o faz com relações aos professores secundários”.

O simpósio de Marília foi o embrião do despertar para uma consciência associativa e a expressão de um desejo de autonomia e afirmação disciplinar. Para o propósito deste artigo, resalto a ênfase coletiva na “criação de arquivos e conservação dos documentos” e na inserção, no currículo, da disciplina introdução aos estudos históricos. Como veremos, essa ênfase trata de combinações para a formulação do novo profissional, aquele que, como docente, deveria ser também pesquisador.

A FORMAÇÃO DO HISTORIADOR DE ARQUIVO

Analisar a inserção da disciplina introdução à história³ no currículo do curso de história da UFPR compreende também investigar como Westphalen significou o encontro historiográfico com Braudel na prática do seu ofício no Departamento de História (Dehis) e como levou sua experiência didática à comunidade historiadora. A incursão nesse meio universitário nos aproxima das agruras que acometiam os docentes no momento da estruturação curricular. Devido à falta de profissionais, a sobrecarga de trabalho culminava no desincentivo à produção do conhecimento, principalmente se esta demandasse procura árdua em arquivos desorganizados.

Introdução à história entrou no currículo no mesmo ano de realização do I Simpósio da Anpuh. Na disciplina, Westphalen implantou um regime regular de pesquisa de campo na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, compreendendo-os como “laboratórios da história”. Essa organização didática teve uma dupla motivação: treinar novos pesquisadores, aguçando neles o “gosto” pelo trato da documentação de arquivo, e desafogar o tumultuado currículo com atividades variadas (Machado, 2016a).⁴

³ Por vezes aparecerá “introdução aos estudos históricos”.

⁴ Com a imposição da Portaria MEC n. 159/1965, que regulamentava a duração dos cursos de graduação, a vida do Dehis se tornou “angustiante”, chegando a uma relação de 86 alunos para um professor no ano letivo de 1969 (Ata da Reunião do Departamento de História, 5 de setembro, 1966, p. 25; 14 de novembro, 1969, p. 49).

Na prescrição de um papel eminentemente pragmático à disciplina, Westphalen foi uma das docentes convidadas a participar do 1º Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História, realizado em 1968, na cidade de Nova Friburgo (RJ).

Promovido pela Anpuh, seção Rio de Janeiro, e pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), o evento tinha por finalidade incentivar a “troca de experiências”, “confrontar orientações de pesquisas e debater problemas peculiares ao ensino da disciplina *Introdução ao Estudo da História*” (Esposel, 1970, p. 3, grifo do autor). A figura de José Pedro Esposel, professor na UFF e pesquisador da arquivologia, na organização do evento é indiciária da aproximação que a arquivologia, saber que buscava legitimação institucional, estabeleceria com a história ao longo da década de 1970.

Cecília Westphalen fez sua exposição na sessão de estudos intitulada “Introdução ao estudo da história e as técnicas auxiliares do historiador”. A autora reuniu argumentos oriundos de seu contato com o artigo “História e Ciências Sociais: a longa duração”, de Braudel (2009), para afirmar que a história, como “conhecimento da sociedade no tempo”, é uma ciência social e uma ciência imprescindível, pois conscientizadora da pluralidade do tempo social. O “historiador moderno”, além da nova atitude em relação ao documento, ao fato histórico, introduziu as noções de conjuntura, processo e estrutura para explicar a realidade social. Esse historiador reconstrói o passado com aportes metodológicos da ciência moderna e, assim, “o emprego de novos métodos e técnicas, como aqueles da quantificação, constituem imperativo das conquistas da era tecnológica” (Westphalen, 1970, p. 72-73). Estes imperativos, enquanto atributos do “historiador moderno”, foram reclamados como chaves para o treinamento de estudantes em projetos de pesquisa desenvolvidos nos departamentos, de preferência com ênfase na história regional. Vemos como Westphalen defendia um ponto de vista a partir do qual a disciplina deveria “instrumentalizar os alunos” na prática do seu *métier*; eram suas filiações intelectuais que demarcavam a organização do ensino.

Nas bases, as etapas de trabalho do “historiador-cientista” eram equivalentes às das demais ciências; o ato da pesquisa seguia o “método científico de observação”: formulação da hipótese, coleção da prova, estabelecimento de um *corpus* e prova da hipótese. Para a “coleção de provas”, reporta-se à heurística, e a “prova da hipótese” seria o momento da crítica e explicação histórica. No jogo das afinidades eletivas, fica subentendido que a autora optou por não citar a obra *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, que sintetizou o “método histórico” e difundiu o *savoir-faire* da disciplina na França (Noiriel, 1990). Nos conteúdos da disciplina, no entanto, as operações analíticas do repertório metódico tinham lugar marcado: os alunos do primeiro ano do curso de história da UFPR eram ensinados a submeter os documentos à crítica externa e interna.

Relacionar os conteúdos registrados nas “cadernetas de frequência e matéria lecionada”⁵ e a exposição de Westphalen no encontro permite compreender as adaptações que foram

5 Material disponível no arquivo permanente do setor de ciências humanas da UFPR.

sendo realizadas na disciplina, incluindo, excluindo ou reduzindo a carga horária de determinados assuntos.

Na infância da disciplina, de 1961 a 1963, encontramos incursões pela teoria da história; arrola-se o estudo de diferentes concepções de história, como a de “Santo Agostinho e a Cidade de Deus; Vico e a ‘Scienza Nuova’; Karl Marx e a dialética da História; Oswald Spengler e a vida das Civilizações; Arnold Toynbee e o Estudo da História” (Cadernetas de frequência..., 1961). A partir de 1965, e sem regularidade para os anos subsequentes, é possível encontrar aulas reservadas às interpretações da história nos marcos temporais da Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea, mas sem a explicitação do conteúdo ensinado. A pequenez de uma hora-aula para cada uma é indício de que a indagação sobre os sentidos conferidos à história e à especificidade conceitual do conhecimento histórico eram temas pouco perseguidos. Poder-se-ia dizer que o tratamento rápido era justificável por evitar a sobreposição de conteúdos com as disciplinas de teoria da história ou de historiografia? Neste caso, não. O Dehis não oferecia as duas disciplinas. Historiografia, mesmo com pequeno espaço, era tratada dentro de “introdução à história” e aparecia de forma variada, ora como “noções de historiografia” (1964, 1967, 1968) ora como “perspectivas atuais da historiografia” (1965).

Já em 1963, algumas mudanças são expressivas da incorporação das suas leituras *annalísticas* da história. Elas também se associam ao exercício de reflexão despendido nos projetos desenvolvidos no Dehis. As noções de “fato, conjuntura, estrutura” e a apresentação das “novas perspectivas metodológicas da história” são introduzidas na grade de conteúdo para não serem mais abandonadas. Deste núcleo à *la Braudel*, surgem, em 1966, o tema “a história e o meio” e, em 1968, “longa duração – Braudel”.

As horas-aula destinadas à realização de “trabalhos práticos”, “pesquisa em arquivos” e “pesquisa em bibliotecas”, assim como os conteúdos sobre arquivística, história e organização de bibliotecas e museus, são consideravelmente valorizados, atingindo o ápice a partir de 1967. Igual importância recebeu o domínio das “ciências auxiliares”, relação direta com a ampliação da noção de documento e as diversas formas de tratamento. Em 1966, introduziu-se “exercício de paleografia”; “as técnicas modernas de datação Carbono 14”; “arquivos modernos – filмотeca, discoteca e serviço de microfilmagem”; “leitura de microfilme”.⁶

Dessa feita, acompanhando o desenrolar dos conteúdos de introdução à história planejados para o curso de história da UFPR, quando chegamos em 1968, observamos uma estrutura disciplinar que tencionava dar ao aluno um panorama das possibilidades metodológicas e técnicas do trabalho historiográfico. Embora a formação de hábitos para a pesquisa apareça como esfera privilegiada, os conteúdos também muniriam o historiador de conhecimentos para que pleiteasse espaço de trabalho em arquivos e museus.

6 Ressalto que não estou afirmando que os conteúdos programados tenham sido efetivamente ensinados; para essa afirmação, outras fontes teriam que ser mobilizadas, como bem assinalou um dos pareceristas deste artigo. A questão aqui é evidenciar a arquitetura da disciplinarização de uma forma de iniciar-se no processo de produção do conhecimento histórico.

Nesses termos, a disciplina ascendia como medida para institucionalizar práticas científicas no fazer historiográfico, tal como José Honório Rodrigues (1913-1987) já a concebia em 1949 na obra *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. Convergentes, os dois historiadores compreendiam que o texto historiográfico “científico, profissional e especializado” (Freixo, 2018, p. 368) era tributário de uma formação “moderna”. Mesmo que a atenção à disciplina tenha vindo de experiência historiográfica distinta,⁷ com Rodrigues podemos avistar o crescente clima de cientificidade que assaltava a historiografia brasileira desde os anos 1950.

No tocante às filiações intelectuais de Westphalen, a análise de Jean Glénisson é indicativa do anseio de cientificidade da historiografia francesa. Para ele, apesar de Braudel não proclamar “leis históricas”, esforçava-se, “não obstante, por atingi-las mediante atalhos” (1977, p. 25). Essa constatação foi também o direcionamento que ele imprimiu ao primeiro manual acadêmico da disciplina, *Iniciação aos estudos históricos*, nascido de sua experiência como professor visitante na USP entre 1957 e 1958 –⁸ um ano antes de acompanhar Westphalen aos Arquivos Nacionais, em Paris. Para Glénisson, o historiador consciente do ofício deveria conhecer os caminhos percorridos pela história e ter o domínio do método e das técnicas. Assim, o sentido prático que Westphalen conferiu à disciplina, o de ensinar o exercício do ofício visando a um futuro “historiador-cientista” para temas nacionais, foi colhido no manual de Glénisson; inclusive, muitos dos conteúdos selecionados correspondem a subtítulos de sua obra.⁹

Compactuando com Glénisson (1977, p. 5) a respeito da dita abertura da história “a todas as iniciativas, a todas as influências, a todos os encontros”, Westphalen completou seu texto do encontro citando como exemplo de trabalho pluridisciplinar do Dehis o “projeto Campos Gerais”, desenvolvido na colônia agropecuária de Witmarsum, que era formada por um grupo de imigrantes menonitas, e o “projeto Porto de Paranaguá e as técnicas quantitativas”. Com a descrição desses projetos de pesquisa, a identidade da disciplina introdução à história associava-se à identidade perseguida pelo Dehis: uma escola de formação de docentes-pesquisadores em história econômica e demográfica com abordagem quantitativa e tratamento informático (Machado, 2016b).

A partir de “introdução à história”, disciplina reivindicada no simpósio de 1961 e objeto do encontro de 1968, estabeleceu-se, no Dehis da UFPR, um repertório de procedimentos centrado no método e na técnica. A medida desse ensino foi o vocabulário da “renovação”

7 Reporto à experiência norte-americana do autor, que frequentou o curso Introdução aos estudos históricos, ministrado por Charles W. Cole, na Universidade de Columbia.

8 A partir da tópica da “finalidade da história”, Furtado Filho (2017) analisa os manuais de introdução aos estudos históricos usados no Brasil entre 1940 e 1990.

9 Helenice Ciampi (2000), estudando o currículo da disciplina na PUC-SP, destacou, nas organizações curriculares de 1972 e 1973, o caráter prático da disciplina, o treinamento do aluno para a pesquisa, a ênfase nos procedimentos técnicos e a consideração da história como ciência social. Essa arquitetura geral só mudaria a partir de 1979, com a colocação de problemas sobre o conhecimento histórico, suas implicações teóricas e seus limites e o trabalho com as posições metodológicas do materialismo histórico.

ancorado nos *Annales*. Contudo, a filiação a essa historiografia demandava o manejo de expressivo número de fontes na construção da problemática investigativa e no planejamento do trabalho historiográfico. Daí se compreende como a elaboração e a propagação daquela identidade eram tributárias dos resultados alcançados no projeto levantamento e arrolamento de arquivos, que analiso à frente.

“SALVAR ARQUIVOS”, UMA MISSÃO DA UNIVERSIDADE

Estabelecendo como princípio a montagem de um quadro completo da economia e sociedade paranaenses (Westphalen et al., 2009), Cecília Westphalen, Altiva Balhana e Brasil Pinheiro Machado¹⁰ encabeçaram para o Dehis os seus primeiros planos de pesquisa, que só engajaram efetivamente professores e alunos quando conquistaram subsídios públicos e apoio da universidade a partir da reestruturação da carreira docente com o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, mudança decorrente da implantação da lei da reforma universitária de 1968.

Data do ano da referida reforma o novo ímpeto do projeto de levantamento e arrolamento de arquivos, que tinha como escopo a “ida dos historiadores aos arquivos”. O projeto passava a contar com o financiamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná, onde Westphalen foi membro do conselho diretor de 1962 a 1970. Elemento a ser observado é como a sua inserção em espaços de poder administrativo ou de visibilidade pública foi estratégica no desenvolvimento de suas iniciativas.

O projeto aglutinou estudantes e jovens professores que, divididos em equipes, saíram para perscrutar arquivos públicos e privados. Docentes e pesquisadores das instituições educacionais do interior do estado selaram um pacto de cooperação em prol do “salvamento de arquivos” (Westphalen; Balhana, 1971).

A justificativa para essa união de forças assentava-se na tomada de consciência de que a falta de uma política arquivística nacional transformava os vestígios do passado em entulhos (Balhana; Westphalen, 1970, p. 15) e na vontade de encontrar séries contínuas e homogêneas, a matéria-prima para “fabricar os fatos” (Furet, 1971). De tal modo, igrejas, câmaras e prefeituras municipais e os cartórios de registros diversos eram o eldorado desses pesquisadores.

O projeto estava dividido em duas fases. Primeiramente, em fichas elaboradas para o “levantamento dos arquivos locais”: dever-se-ia dar uma descrição sumária do que havia no arquivo. O passo à frente seria o “arrolamento” do que foi encontrado, propriamente o inventário, que seria acompanhado de classificação por assuntos, apreciação crítica e sugestões de utilização como fonte histórica. Para tanto, partia-se de uma “tábua de assun-

¹⁰ Balhana (1928-2009), docente de história da América desde 1951, era pesquisadora da imigração italiana no Paraná e referência da história demográfica praticada na UFPR. Machado (1907-1997), bacharel em direito, político, tornou-se historiador por notório saber. Catedrático de história do Brasil, esteve entre os fundadores do curso.

tos”: história política; administrativa; social; econômica; cultural; demográfica; eclesiástica; das instituições; militar; da arte (Westphalen; Balhana, 1971, p. 248) – eram estas as opções convencionadas.

A “tábua de assuntos” aduz como os pesquisadores do Dehis eram treinados a olhar os documentos e como tal atitude está conectada com a disciplina de introdução à história. Ela também sugere o leque das expectativas da historiografia brasileira do período, isto é, uma porção do universo do que se permitia pensar como pesquisa histórica, o que seria apreciável, exequível e traria lugar entre os pares.

Com a parceria da Operação Arquivos, da Fundação Projeto Rondon, e o apoio do Conselho Federal da Cultura (CFC),¹¹ a fase de levantamento expandiu-se e chegou a computar, em 1982, 196 arquivos identificados, 71 relatórios publicados e quatro arrolamentos (Westphalen, 1982, p. 104-105). Causa surpresa a timidez numérica desta última, que seria a etapa mais sofisticada. Para cumprir as exigências formuladas para o arrolamento, combinar descrição com apreciação crítica, requerer-se-ia um pesquisador que já tivesse intimidade com tais acervos ou que gozasse de experiência na área em que o documento se enquadrava. Assim, seria necessário recrutar esses profissionais, mas como professores, pesquisadores e alunos não recebiam remuneração, inviabiliza-se o prosseguimento. Para Westphalen, o projeto sintetizava uma “causa” e, como tal, o engajamento seria voluntário. Se essa concepção poderia ser sustentada no início da implantação do projeto, em meados da década de 1980, ela soava idealista, pois distante da aceleração das atividades docentes. Adjetivo distinto lhe foi dado no limiar dos anos 1970, conforme podemos inferir pela recepção positiva recebida nos encontros acadêmicos e pela implantação do curso de mestrado em história do Brasil da UFPR.

Quanto aos eventos acadêmicos, reportemo-nos aos simpósios nacionais da Anpuh. De acordo com um balanço avaliativo da primeira década da associação, houve predomínio no interesse pela documentação histórica (Canabrava, 1973, p. 89). Cecília Westphalen e Altiva Balhana tiveram protagonismo nesse campo ao divulgarem os resultados obtidos com o projeto de levantamento e arrolamento de arquivos. Em 1969, foi reservada aos pesquisadores da equipe paranaense uma sessão de estudos que contou com 17 comunicações versando sobre o conteúdo e o estado de conservação de diferentes arquivos localizados em diversas cidades do Paraná.

Tanto o diagnóstico do “estado dos arquivos” como o relatório da operação de salvamento foram calorosamente recebidos pelos pares, motivaram moções elogiosas e despertaram a ação. A boa receptividade vinha ao encontro de demandas manifestadas no simpósio de 1961. Como a história local e regional do Brasil estava sendo uma das mais praticadas entre os comunicadores, projeta-se que, ao irem ao arquivo com o desejo de palpar os documentos, eles também se defrontaram com toda espécie de problemas. Havia uma atmosfera de identificação com as experiências negativas. Faltava o arquivista, mas também o historiador. Se arquivos e museus eram habitats naturais do pesquisador da história, por que sua atua-

11 Westphalen compôs o CFC em 1976.

ção deveria se limitar ao magistério? Foi esse tipo de apreensão, quanto ao alcance de suas competências no mundo do trabalho, que motivou o aparecimento, ainda na década de 1970, do primeiro debate sobre a regulamentação da profissão de historiador (Fonseca et al., 1973, p. 845).

Essa movimentação acadêmica dos historiadores teria dado visibilidade ao profissional de arquivos (Martins, 1980), que, por iniciativa da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), iniciou em 1972 a realização do seu Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA). Entre as reivindicações mais enfáticas dos congressistas estava não só a regulamentação da profissão de arquivista, com a institucionalização acadêmica da arquivologia, como também a criação de um Sistema Nacional de Arquivos. De um lado, as reivindicações harmonizavam-se com as demandas da comunidade historiadora quanto à tragicidade dos arquivos e ausência de normatização legal. De outro, ensejavam posicionamentos diante das recentes “entradas dos historiadores nos arquivos”. Nas entrelinhas do discurso de cooperação com historiadores, museólogos e bibliotecários, pairava a afirmação de fronteiras delineadoras de reserva de mercado (Silva; Orrico, 2015).

De todo modo, “ir aos arquivos”, estabelecer as fontes são enunciados fundadores da operação historiográfica. O historiador transforma em documentos “certos objetos distribuídos de outra maneira” (Certeau, 2002, p. 81), perverte a função pela qual detinham significado, reatualiza os lugares de depósito destes objetos em razão das inquietações, das metodologias e técnicas que o seu tempo é capaz de disponibilizar. Assim, a recuperação de documentos, sua organização e catalogação são contribuições motoras do conhecimento porque as fontes constituem a matéria-prima do historiador. Era nesse terreno, dito prévio da interpretação, que os historiadores reivindicavam espaço. Prévio, pois se trata de uma etapa da escrita da história que requer ultrapassagem. Embora os arquivos sejam o “suporte explícito”, a “condição da história”, a obediência cega à sua positividade impossibilita a própria história enquanto narrativa analítica do passado (Roudinesco, 2006). O que, enfim, distingue o *métier* é o trabalho compreensivo desenvolvido sobre os documentos transformados em arquivo ou sobre o próprio arquivo (Heymann; Travancas; Rouchou, 2013; Derrida, 2001). No cenário dos anos 1970, a ultrapassagem foi o desafio das primeiras dissertações de mestrado do programa de pós-graduação em história da UFPR.

A “tábua de assuntos”, a ênfase no arquivo e a linguagem da quantificação e informática no currículo do Dehis se conectam no entendimento da implantação das linhas de pesquisa do curso de mestrado em história do Brasil: história econômica e história demográfica.

O fazer historiográfico almejado era empirista. Os arquivos, portanto, eram imprescindíveis. Com longos cortes diacrônicos, as formulações de séries exigiam abundante captura de dados para serem representativas do fenômeno investigado e comparáveis no tempo. Em sua maioria, os mestrandos da primeira entrada no curso, em 1972, foram aqueles que atuaram nas missões de levantamentos de arquivos. Assim, os relatórios foram basilares para a primeira pesquisa acerca do preço do escravo no Paraná; para as investigações acerca das correntes imigratórias e a integração sociocultural; dos perfis populacionais e desenvolvimento social; da estrutura fundiária e exploração da terra, entre outros (Marchi, 1995).

A “história regional” foi uma bandeira içada pelo programa de pós-graduação, que buscou assentar as bases desse fazer historiográfico na exploração de problemáticas locais. Concebia-se essa abordagem como uma metodologia necessária para se alcançar uma história total da história do Brasil. Nos congressos nacionais de arquivologia e seminários regionais ocorridos ao longo da década de 1970, é notório como a “história regional” se tornou uma estratégia profícua para criar centros de documentação, justificar linhas de pesquisa e firmar alianças e convênios entre universidades e arquivos públicos e particulares.

Se Westphalen e Balhana, no primeiro CBA (1972), foram vozes solitárias na comunicação da estrutura e dos objetivos envolvidos no projeto de levantamento de arquivos realizado a partir da universidade e com apoio público externo, no terceiro CBA, em 1976, outras experiências emergiram. A pesquisa histórica ocupou um espaço próprio no congresso com o I Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil. Historiadores e arquivistas comunicaram as iniciativas que foram surgindo desde 1972, como as de Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Paraíba e Mato Grosso. Em comum, todas se organizavam no interior da universidade, integravam historiadores, cientistas sociais, bibliotecários, arquivistas, buscavam treinamento no Arquivo Nacional e travavam diálogos com profissionais da UFPR e da USP, prioritariamente.

Os relatos também se aproximam quando informam as dificuldades. Na UFF e na Universidade Federal de Sergipe (UFS), por exemplo, o entrave era interno. A falta de “conscientização da importância do trabalho histórico, como área útil e relevante na estrutura acadêmica da universidade” (Martins; Preis, 1979, p. 783), acarretava diminuto apoio financeiro e insuficiente cooperação quanto à flexibilização das atividades docentes. Devido à escassez de recursos, inconveniente generalizável, poucos grupos de trabalho conseguiam publicar seus resultados, o que era péssimo para os planos de fomento à pesquisa regional e para pleitear alianças com instituições públicas.

No primeiro Seminário Arquivos e História, promovido pela Divisão de Arquivo Público do Estado de São Paulo, outra ênfase se estabeleceu com a opção pelo regional e o local. O investimento nessa prática de pesquisa também se relacionava com a marginalização dos passados regionais (Silveira, 1978; Arruda, 1978). Regiões que se tornaram periféricas devido ao seu baixo alcance econômico tinham suas histórias ora negligenciadas ora silenciadas. As histórias eram narradas, em grande parte, pelo centro (São Paulo e Rio de Janeiro), que, inclusive, detinha o poder de domiciliar a documentação (Piccolo, 1978). Assim, o “regional/local” também aparecia como uma forma de levante contra generalizações identitárias. Salvar arquivos para “conhecer-se” foi um mote ressoante e que deveria despertar a atenção das universidades, locais de construção de narrativas científicas e contra-hegemônicas.

Conforme esses pesquisadores, as universidades “não deveriam apenas incentivar a pesquisa, mas envolver-se numa política de arquivos” (Piccolo, 1978, p. 55). Esse “envolvimento”, para Westphalen e Balhana, ganhava a envergadura de uma “missão”. Objetivando o cumprimento dessa incumbência, elas apresentaram aos seus colegas o projeto de levantamento de acervos carentes de organização, a versão nacional da experiência paranaense.

Prioritário a qualquer outro projeto, esse deveria ser “realizado por professores e alunos de cursos ligados ao *ofício*, ou seja, de história, arquivologia, biblioteconomia e documentação” (Westphalen; Balhana, 1979, p. 797, grifo das autoras). Como julgavam se tratar de uma ação conjunta imediata, fincavam os pés no chão quanto ao que estava ao alcance nos quesitos arranjo, organização e disponibilização. Se conseguissem ao menos saber quais arquivos existiam, o que possuíam, em que condições se encontravam e quais as possibilidades de acesso, melhor embasamento teriam para estabelecer as linhas de pesquisas regionais/locais e nacionais. Assim também melhor seria o tempo de pesquisa do investigador científico, do cidadão que se direcionaria ao arquivo para resolução de questões práticas cotidianas e para os governantes, que para planejar sua administração deveriam conhecer os sucessos e as intempéries que se deram no passado. Enfim, a vida que se exibia nos arquivos, como patrimônio cultural, tornar-se-ia propriedade de todos.

Em 1979, Westphalen cobrou do CFC, que no ano anterior havia aprovado o envio do projeto ao Ministério da Educação, que atuasse junto ao órgão executivo para a promoção do programa, pois “se muito perdemos do passado, é preciso não perder do futuro” (1979, p. 144). Novamente enfatizava-se que tais documentos de arquivos diziam respeito a quem somos e ao que pretendíamos ser; o passado racionalmente verificável no arquivo alimentaria nosso “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006). Os embaraços na conquista de apoio para o projeto estariam relacionados ao lugar da reflexão histórica naquele presente de regime militar. A dificuldade em conferir à disciplina história uma dimensão de praticidade para a vida social traduzia-se na falta de consciência histórica em relação às ações de salvaguarda da documentação. Compreende-se, assim, o quanto os processos de classificação, reunião dos documentos e apresentação dos fundos são também “negócios de tradições nacionais” (Offenstadt, 2011, p. 30), ou seja, fazem parte das conveniências políticas de cada nação.

Após esse apelo ao CFC, não encontramos mais menções públicas de Westphalen sobre o prosseguimento do projeto em nível nacional. Apesar da receptividade entre os pares e dos entendimentos quanto ao papel da universidade nessa matéria, é provável que ele tenha alimentado as traças das gavetas do referido ministério.

Um dos pontos frágeis desse projeto tocava nas atividades docentes. Como engajar professores sem flexibilizar sua carga horária, sem diminuir suas incumbências administrativas? O cenário da década de 1980 é de rareamento de verbas e de crescimento de compromissos acadêmicos e burocráticos consequentes da pós-graduação. O peso atribuído aos docentes pode ter tornado o projeto inexequível. Além do mais, nos próprios simpósios e congressos, avistavam-se denúncias de “preconceito em relação ao tipo de trabalho de levantamento de fontes primárias”; dizia-se que historiadores julgavam “as atividades arquivísticas de segunda classe” (Camargo, 1979, p. 756; 1980, p. 21) – diagnóstico relacionável ao momento de inflexão historiográfica da década de 1980 (Mello, 2016). Lentamente outras leituras foram surgindo, possibilidades de investigação ascenderam e a problemática do acesso à documentação e das condições de “ida ao arquivo” passaram a ocupar um lugar minoritário.

Se, de um lado, a conjuntura historiográfica já mostrava oscilações e dissonâncias quanto à prática da história quantitativa, cuja centralidade do arquivo era evidente, de outro,

observa-se a legitimação entre os pares da “persona do historiador arquivista” (Ohara, 2017). Embora o empirismo decorrente tenha sido criticado como fetichismo e mesmo obstaculizado investidas de ordem teórica (Fico; Polito, 1992), essa persona assenta uma cultura de manejo de fontes que começou a ser amplamente construída no meio universitário apenas em idos dos anos 1960. A juventude dessa persona na historiografia brasileira universitária¹² torna compreensível que os debates acerca da “crise” da história, da sua formulação narrativa e a relação com o referente tenham uma temporalidade distinta de outras historiografias, por mais tributária que seja delas.

O afastamento da “problemática dos arquivos” (salvamento, organização, manutenção, suporte, tecnologia e difusão) pode ter sido precipitado, haja vista o distanciamento dos historiadores das ações de salvaguarda e organização da documentação de arquivo e o desconhecimento por parte dos historiadores em formação da própria linguagem da arquivologia. Nessa perspectiva, talvez, um maior diálogo interdisciplinar pudesse contornar a tímida atenção que os historiadores vêm dando à tramitação do projeto de lei n. 7.920/2017 (PLS 146/2007), o PL da “queima de arquivo”.¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhar pela trajetória profissional de Westphalen permitiu-nos sugerir como, na conjuntura de profissionalização da pesquisa histórica universitária, buscou-se “ir aos arquivos” e discipliná-los como “laboratórios da história”. O arquivo, como antídoto ao predomínio da pesquisa bibliográfica, seria o lugar onde o historiador, formado para operar com novos arsenais teórico-metodológicos, desconstruiria generalizações e daria a conhecer especificidades regionais. Porém, ir ao arquivo em busca de fontes da história local requeria coragem do pesquisador, visto que “pouco ou nada” havia sido “feito pelos arquivos brasileiros” (Westphalen; Balhana, 1971, p. 243).

As experiências narradas nos simpósios e congressos na década de 1970 indicam que uma geração arregaçou as mangas e tentou reverter essa realidade desoladora. Quando encontraram apoio da universidade e os recursos públicos existiram, os projetos apresentaram resultados. Mas essa não foi a regra.

Embora não seja competência da universidade arcar com a “problemática dos arquivos”, e mesmo que a pesquisa histórica não seja sua exclusividade, ela também não pode se omitir. A experiência da UFPR com o projeto de levantamento e arrolamento de arquivos mos-

¹² O acento na localização “historiografia universitária” justifica-se pela não obliteração da historiografia dos institutos históricos, já que recolhimento, catalogação e divulgação de fontes foram princípios da escrita da história estabelecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no momento de sua instituição (Guimarães, 2001).

¹³ Em linhas gerais, o projeto reapresentado em 2017 dispõe “sobre a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica” e, assim, regulariza a destruição dos documentos originais após a sua digitalização. Ver: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2142105>>; <<https://queimadearquivonoa.webnode.com/>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

tra como a colaboração das autoridades públicas foi imprescindível para a viabilização das ações, que, em contrapartida, permitiram novas interpretações regionais e aumentaram a produtividade científica do Dehis, alavanca do seu programa de pós-graduação.

Cecília Westphalen, mulher que se engajou na “problemática dos arquivos” a partir da sua forma de conceber a prática historiográfica e a “ida aos arquivos”, transformou-se em um nome *arquivável*. Os vestígios de uma forma de ser historiadora no Brasil em um período de delineamento das tarefas que comporiam o ofício estão depositados no Arquivo Público do Paraná. Com a ausência do termo de doação, o acervo repousa inseguro. Faltoso de organização, sem qualquer esboço de inventário, ele se torna um desafio ao pesquisador, cujo tempo acadêmico regulado pelas agências de fomento é cada vez mais diminuto. Na escassez de recursos humanos de que goza a instituição, o acervo aguarda o momento em que ocupará a “Sala Cecília Westphalen”, aquela destinada, preferencialmente, aos estudantes que desenvolvem projetos firmados entre o arquivo e as universidades.

A autora desenvolve o projeto de pesquisa “Modos de ser historiadora: concepções do ofício em Cecília Westphalen, Maria Beatriz Nizza da Silva e Adeline Daumard, entre 1970-1990” no pós-doutorado em História na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca (SP), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2016/22187-3.

Referências

- ARRUDA, Therezinha. O núcleo de documentação e informação histórica regional da Universidade Federal de Mato Grosso. In: SEMINÁRIO ARQUIVOS E HISTÓRIA, I, 1977. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 69-72.
- ATA da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR. 14 de novembro, 1969. Acervo Departamento de História, UFPR.
- _____. Curitiba, 5 de setembro, 1966. Acervo Departamento de História, UFPR.
- BALHANA, Altiva; WESTPHALEN, Cecília. Levantamento e arrolamento de arquivos. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, UFPR, n. 10, 1970.
- BOTTINO, Mariza. *O legado dos Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972-2000)*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CADERNETAS de frequência e matéria lecionada, 1961-1968. Curitiba. Arquivo permanente – Setor de Ciências Humanas, UFPR.
- CAMARGO, Ana M. de A. Intervenções do plenário. II Seminário de Fontes Primárias para a História do Brasil. Rio de Janeiro, 1980, p. 21. Arquivo Público do Paraná, Coleção Cecília Westphalen.
- _____. Informe do Setor de Documentação Histórica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, III, 1976. Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979. p. 755-757.

CANABRAVA, Alice. Discurso. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – Anpuh, VI, 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: USP, 1973. p. 85-91.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CIAMPI, Helenice. *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: Educ, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. Entrevista. In: MORAES, José; REGO, José. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 65-93.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ESPOSEL, José. Nota prévia. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo. *Anais...* Niterói: UFF, 1970. p. 3.

FALCON, Francisco. Memória e história: a fundação da Anpuh. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011. p. 1-18.

FENELON, Déa; RODRIGUES, Leda. Os arquivos, a pesquisa histórica e a pós-graduação. SEMINÁRIO ARQUIVOS E HISTÓRIA, I, 1977. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 58-64.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história do Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. v. 1. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FONSECA, Célia F. d'A. et al. Proposta 14. Moção 3. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, VI, 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: USP, 1973. p. 844-845.

FREIXO, Andre. José Honório Rodrigues (1913-1987). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique E. (org.). *Os historiadores clássicos da história do Brasil: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*. v. 4. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC, 2018. p. 359-393.

FURET, François. Histoire quantitative et construction du fait historique. *Annales*, Paris, ano 26, n. 1, p. 63-75, 1971.

FURTADO FILHO, João. Manuais de iniciação aos estudos históricos e a questão da utilidade do conhecimento. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21 n. 2, p. 179-190, mai./ago. 2017.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.

GUIMARÃES, Manoel L. S. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HEYMANN, Luciana; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

LOPES, Antonio H. Performance e história (ou como a onça, de um salto, foi ao Rio do princípio do século e ainda voltou para contar a história). *Percevejo*, n. 11/12, p. 5-16, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MACHADO, Daiane V. 2016. *Por uma “ciência história”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2016a.

_____. “Pas de chiffres, pas d’histoire:” a construção do programa de pós-graduação em história do Brasil da UFPR. In: PRIORI, Angelo (org.). *História do Paraná: novos caminhos e novas abordagens*. Curitiba, PR: CRV, 2016b. p. 235-255.

- MARCHI, Euclides. Relendo nossos mestres. *Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4, p. 37-53, 1995.
- MARTINS, Ismênia. Relacionamento e cooperação entre arquivistas e usuários, particularmente do historiador. II Seminário de Fontes Primárias para a História do Brasil. Rio de Janeiro, 1980, p. 11-14. Arquivo Público do Paraná, Coleção Cecília Westphalen.
- _____. PREIS, Aidyl. Experiência da Universidade Federal Fluminense no levantamento de fontes primárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, III, 1976. Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Imprensa Nacional, 1979. p. 783-789.
- MELLO, Ricardo. *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000*. Curitiba: Prismas, 2016.
- NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, Paris, n. 1, p. 58-85, set. 1990.
- OFFENSTADT, Nicolas. *L'historiographie*. Paris: PUF, 2011.
- OHARA, João. 2017. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.
- PICCOLO, Helga. *Problemas de pesquisa nos Arquivos Nacionais*. In: SEMINÁRIO ARQUIVOS E HISTÓRIA, I, 1977. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 48-57.
- RICHARD, Jean. Un 'Charles-Quint' Brésilien. *Annales de Bourgogne*, Dijon, p. 223-224, 1958.
- ROBERT, Ricard. Cecília María Westphalen, Carlos-Quinto 1500-1558, seu Império universal. *Bulletin Hispanique*, [S.l.], v. 60, n. 4, p. 564-565, out./dez. 1958.
- ROIZ, Diogo. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SILVA, Eliezer; ORRICO, Evelyn. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, jul./set. 2015.
- SILVEIRA, Rosa. A participação do NDIHR da UFPB na problemática arquivos – história. In: SEMINÁRIO ARQUIVOS E HISTÓRIA, I, 1977. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978. p. 44- 47.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM 1961, I, 1961, Marília. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1962. p. 97.
- WESTPHALEN, Cecília. et al. Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 285-315, jan./jun. 2009.
- _____. Carta a Mba de Ferrante. *Boletim do Arquivo Estadual do Paraná*. Curitiba, n. 17, p. 33-42. 1985.
- _____. Levantamento e arrolamento de arquivos. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, MEC, ano 12, n. 49, p. 104-105, out./nov./dez. 1982.
- _____. Projeto de levantamento de acervos carentes de organização. Documento de estudo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, III, 1976. Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Imprensa Nacional, 1979. p. 797-800.
- _____. Programa Nacional de Preservação da Documentação. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, MEC, ano 9, n. 36, p. 143-144, jul./ago./set. 1979.

_____.; BALHANA, Altiva. Projeto de levantamento de arquivos. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, V, 1969, Campinas. *Anais....* São Paulo: USP, 1971. p. 243-259. 2v.

_____. A introdução ao estudo da história e as técnicas auxiliares do historiador. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo. *Anais...* Niterói: UFF, 1970. p. 71-92.

_____. Últimas intervenções. SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM 1961, I, 1961, Marília. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1962. p. 156.

_____. *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1955.

Recebido em 30/10/2018
Aprovado em 20/3/2019